

SUJEITOS PRONOMINAIS *NÓS* E *A GENTE* EM
DIALETOS POPULARES¹

Marcia dos Santos Machado (UFRJ)

Na língua portuguesa falada no Brasil, é perceptível a variação de uso das formas pronominais *nós* e *a gente* para referência à primeira pessoa do discurso no plural. Apesar de amplamente empregada na linguagem coloquial, a expressão *a gente* dificilmente é objeto de análises e descrições gramaticais e, às vezes, nem mesmo de simples observações. Quando é mencionada nas gramáticas, recebe tratamentos divergentes e, com frequência, incongruentes.

Geralmente focalizada como uma “exceção”, a expressão *a gente* ora é incluída no rol dos pronomes indefinidos (SAID ALI, 1971: 116); ora é inserida em subtópico destinado à descrição dos pronomes de tratamento como “fórmula de representação da 1ª pessoa” no plural ou singular (CUNHA & CINTRA, 1985: 288); ou, ainda, é classificada como pronome de tratamento (BECHARA, 1987: 96). Diferentemente dessas abordagens, há enfoques em que a variante *a gente* não chega a ser considerada pronome, sendo apenas comentada, nas modalidades de sujeito indeterminado, como “expressão de valor indefinido” (MELO, 1980: 122) ou representação da “idéia de sujeito indefinido” (LUFT, 1976: 133).

Além dessa divergência quanto à classificação gramatical de *a gente*, observa-se também o tratamento indevido dos pronomes no que concerne à noção de pessoa e, em alguns casos, à de número. A descrição veiculada na maioria dos compêndios gramaticais apresenta as formas pronominais como integrando uma classe homogênea, morfossintática e funcionalmente. Em geral, os gramáticos descrevem o sistema pronominal em função de três pessoas do discurso (locutor, interlocutor e o ser enunciado) que admitem referência singular ou plural. Essa percepção de pessoalidade tem sido criticada e considerada incoerente pelo fato de focalizar de modo simétrico elementos da comunicação de natureza e funções distintas. Enquanto a primeira e a segunda pessoa remetem a participantes obrigatoriamente presentes na interação verbal e, por conseguinte, são definidas em função do ato de fala e dotadas de “unicidade referencial”², a terceira pes-

soa apresenta a peculiaridade de poder referir-se a seres (animados ou inanimados) presentes, ausentes ou não identificados no contexto comunicativo e de poder ter uma infinidade de referências objetivas num mesmo ato de fala. No que tange à associação da noção de número à categoria de pessoa, as críticas advêm da falta de precisão, ou, pelo menos, de explicitação da diferença entre os distintos processos de pluralização - um de elementos de mesmo valor e outro de elementos de natureza diversa -, na formulação do quadro pronominal. Muitas gramáticas sugerem, inadequadamente, o pronome *nós* como plural de *eu*, como se pudesse haver mais de um *eu* na qualidade de referente. Desse modo, o processo de pluralização de *nós* e *a gente* tende a ser igualado ao dos da chamada terceira pessoa, ou mesmo ao dos nomes, omitindo-se o caráter mais amplo - que inclui além do locutor, o interlocutor e/ou outras pessoas - de tais pronomes que, às vezes, assumem um valor tão vago que não se pode identificar, com nitidez, seus referentes.

Embora a situação de alternância pronominal bem como a inexistência de uma descrição consensual e, muitas vezes, coerente dos pronomes suscitem o interesse de diversos estudiosos, as investigações existentes sobre o fato até então se restringiam, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, ao dialeto carioca. Esta pesquisa modifica parte dessa situação ao propiciar subsídios sobre a variação de emprego de *nós* e *a gente* em variantes não-urbanas do Norte do Estado, ainda inexploradas quanto a esse tema.

Neste artigo, expõem-se os resultados do estudo da alternância de *nós* e *a gente* na função sintática de sujeito e das regras variáveis que presidem à norma dos dialetos populares norte-fluminenses, com o aporte teórico-metodológico da Sociolinguística Laboviana. Determinaram-se os contextos lingüísticos e extralingüísticos condicionadores do uso de um pronome em detrimento do outro, com base na premissa de que essa variação pronominal não é aleatória, mas decorre de fatores de natureza morfosintática, semântica e discursiva e de caráter social.

Para tanto, contou-se com 2972 dados do arquivo sonoro do Projeto APERJ (Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro). Esse *corpus* representa o desempenho lingüístico de 72 pescadores - todos do sexo masculino -, analfabetos ou parcamente escolarizados (cursaram no máximo o primeiro segmento do 1º grau), distribuídos por três faixas etárias (A - de 18 a 35 anos; B - de 36 a 55 anos; e C - 56 a 70 anos) e naturais de doze pontos de inquérito do Norte fluminense: Atafona (ATA), Barra de Itabapoana (BIT), Cambuci (CAM), Farol de São Tomé (FST), Gargáú (GAR), Guaxindiba (GUA), Itaocara (ITO), Itaperuna

(ITA), Ponta Grossa dos Fidalgos (PGF), São Benedito (SBE), São Fidélis (SFI) e São João da Barra (SJB).

Para a obtenção dos resultados estatísticos e probabilísticos que subsidiaram este estudo, utilizou-se o pacote de programas VARBRUL, desenvolvido para a análise de fenômenos variáveis.

No *corpus*, registraram-se oito possibilidades de estruturação linguística para referência à primeira pessoa do discurso no plural, quais sejam:

- sujeito *nós* - expresso ou não - seguido de verbo flexionado na 1ª pessoa do plural ou 3ª pessoa do singular;
- sujeito *a gente* - expresso ou não - seguido de verbo flexionado na 3ª pessoa do singular ou 1ª pessoa do plural.

Na constituição do *corpus*, não se incluíram os casos de: (1) ocorrências de verbo na 3ª pessoa do singular ou na 1ª pessoa do plural com sujeito pronominal não-expresso que não se encontrassem antecedidas de uma estrutura equivalente contendo pronome *nós* ou *a gente* explícito; (2) verbos no infinitivo que não tivessem um dos pronomes em estudo como sujeito expresso, devido à possibilidade de concordância estilística que caracteriza essa forma nominal; (3) formas cristalizadas do tipo *digamos/quer dizer* que desempenham o papel de marcadores discursivos; (4) estruturas do tipo ["vamos" + verbo no infinitivo] que funcionam como expressões fixas para indicar uma espécie de "convite"/"incentivo"; (5) estruturas esboçadas e abandonadas com posterior reformulação; (6) formas verbais que se repetem em virtude de uma hesitação do falante.

Como possíveis condicionamentos da alternância de *nós* e *a gente*, consideraram-se, além das variáveis sociais - localidade e faixa etária -, doze variáveis linguísticas, comentadas a seguir.

Partindo-se do pressuposto de que, na língua, não existem sinônimos perfeitos e de que, conseqüentemente, cada elemento linguístico desempenha um papel específico, investigou-se se os pronomes *nós* e *a gente*, apesar de possuírem o mesmo significado referencial (primeira pessoa do discurso no plural) e poderem ocorrer no mesmo contexto extratutural, apresentariam nuances semânticas distintas quanto ao grau de determinação desse referente. Para checar essa hipótese, definiu-se uma escala de três níveis de determinação do referente, que foram estabelecidos com base nas peculiaridades do *corpus* examinado, na classificação dos tipos de indeterminação propostos por CUNHA (1993) e na noção de "eu-ampliado" proposta por BENVENISTE (1976). Esses níveis foram, por sua vez, subdivididos segundo variações quanto ao grau de maior ou

menor inclusão dos participantes da situação comunicativa (locutor/interlocutor) e explicitação do referente – “eu”, “eu” + “tu/você”, “eu” + “ele(s)” ou “eu” + “tu”/“você” + “ele(s)”. O primeiro nível compreendeu os casos de referente diretamente identificado no enunciado ou na enunciação. O nível intermediário abrangeu os exemplos de referente parcialmente indeterminado que podem manter um vínculo semântico de referência explícita ou implícita com elementos do contexto discursivo, conduzindo, desse modo, a uma ou mais possibilidades interpretativas. O último nível englobou as ocorrências de referente completamente indeterminado, isto é, não inserido, identificável ou recuperável no texto ou no contexto.

Também se averiguou a aplicação do princípio de paralelismo formal no nível discursivo ao caso da variação pronominal em foco. Paralelismo formal é definido como a tendência à repetição sucessiva da mesma estrutura lingüística no enunciado, de modo que as diversas ocorrências de um dado fato apresentem, entre si, uma forte correlação morfossintática e discursiva. Assim sendo, a opção por uma dada forma lingüística exerce influência sobre as demais. Acreditando-se no condicionamento do princípio de paralelismo formal, postulou-se a hipótese de que a primeira ocorrência de um pronome condicionaria as subseqüentes, desencadeando uma série de repetições da mesma forma pronominal.

Tendo em vista que, além de ocorrerem em seqüências discursivas, as formas pronominais podem apresentar-se em orações isoladas, estabeleceram-se fatores, procurando-se abranger todas as possibilidades verificadas no *corpus*. Esse grupo de fatores dá conta apenas das influências exercidas por uma primeira forma pronominal sobre as subseqüentes, ou seja, de ocorrências seriadas a partir da 2ª referência. Embora os casos de 1ª referência e referência isolada também tenham sido compreendidos nessa variável, sabe-se que a escolha do pronome, nesses casos, se deve à influência de outros fatores. Desse modo, a variável paralelismo formal no nível discursivo abarcou os seguintes fatores: (a) forma isolada e casos de 1ª referência de uma série discursiva; (b) forma precedida de estrutura *nós + verbo com desinência -mos*; (c) forma precedida de estrutura *nós + verbo com desinência -0*; (d) forma precedida de *verbo na 1ª pessoa do plural sem sujeito explícito*; (e) forma precedida de estrutura *a gente + verbo com desinência -mos*; (f) forma precedida de estrutura *a gente + verbo com desinência -0*; (g) forma precedida de *verbo na 3ª pessoa do singular sem sujeito explícito*.

Acrescentaram-se, também, grupos de fatores para o controle de interinfluências na atuação do processo de paralelismo formal, a saber:

distância (silábica e oracional) entre as estruturas pronominais focalizadas, manutenção/mudança de referência e grau de conexão discursiva entre cláusulas contíguas.

Outra variável estudada foi o tempo verbal. A hipótese que norteou o controle desse grupo de fatores relaciona-se, de certo modo, à saliência fônica, ao gênero discursivo e ao caráter de maior ou menor amplitude do relato. Postulou-se que formas verbais morfologicamente mais marcadas (os pretéritos e os futuros do indicativo e as formas de subjuntivo) favoreceriam o emprego de *nós*, enquanto formas verbais menos marcadas (presente do indicativo e infinitivo pessoal) condicionariam o uso de *a gente*. O presente do indicativo e o infinitivo pessoal (formas temporalmente não-marcadas) corresponderiam, justamente, aos mecanismos verbais utilizados em descrições centradas em ações rotineiras /cotidianas da vida de qualquer profissional de pesca. Já os pretéritos – que servem a narrações ou descrições no passado (cronologicamente marcado), envolvendo, geralmente, referentes [+ determinados] -, os futuros e as formas de subjuntivo constituem os tempos verbais empregados em casos particulares de relatos ou argumentações que implicam conotações mais específicas quanto, por exemplo, a participantes envolvidos, localização temporal e objetos/referente de exemplificação. Para testar a influência dessa variável, determinaram-se os tempos verbais consoante a classificação das gramáticas normativas. Objetivando-se um controle detalhado da questão, separaram-se (1) os casos de tempos compostos dos de tempos simples e (2) as ocorrências de verbos em construções perifrásticas das de verbos em construções simples. Levou-se em conta, também, a forma de infinitivo flexionada, que embora não constitua um tempo verbal, apresenta desinência número-pessoal.

Procurou-se investigar, ainda, se o fato de o verbo apresentar maior ou menor diferença fônica entre a forma singular e a forma plural condicionaria a escolha pronominal. A classificação escalar estabelecida nesta pesquisa para o controle do condicionamento do grau de saliência fônica na escolha do pronome fundamentou-se (1) na diferenciação fônica e/ou morfológica entre as formas de 3ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural, (2) na tonicidade e (3) no número de sílabas, conforme efetuado em estudos tais como o de LOPES (1993), OMENA (1986), NARO (1981) e LEMLE & NARO (1977). Para a ordenação dos níveis de saliência fônica estabelecidos, recorreu-se à definição, em cada uma das dimensões consideradas, das propriedades que contribuem para tornar a forma verbal mais ou menos perceptível ao falante/ouvinte.

No que tange à primeira dimensão envolvida na definição dos

níveis de saliência fônica, analisou-se a forma verbal:

- a) no caso da diferenciação fônica, segundo a
- manutenção/mudança dos traços fonéticos da vogal acentuada na forma singular,
 - manutenção/mudança da sílaba acentuada:
- e, b) no caso da diferenciação morfológica, em função das irregularidades morfológicas apresentadas devido a
- acréscimo/perda de um segmento vocálico/consonântico,
 - emprego de desinências verbais completamente distintas,
 - mudança no radical.

Com relação à diferenciação material entre as formas verbais, cogitou-se que a morfológica fosse mais saliente do que a fônica. No que diz respeito à tonicidade, avaliou-se a mudança da classificação da forma verbal para proparoxítona como mais saliente, por ser tal posição do acento tônico a menos usual na língua. Quanto ao número de sílabas, cabe lembrar que o aumento de apenas uma sílaba não é saliente, já que, com o acréscimo da desinência de 1ª pessoa do plural, há sempre mudança. No entanto, o aumento de uma sílaba – que implique uma mudança mais intensa de monossílabo a trissílabo, por exemplo – provavelmente se torna mais saliente. Com base em tais critérios de classificação, determinaram-se como fatores para esta análise os níveis de saliência fônica apresentados, a seguir, em ordem crescente:

- a) Monossílabos tônicos ou formas oxítonas no **infinitivo** ou futuro do subjuntivo que passam a paroxítonas (*dar/darmos*);
- b) Monossílabos tônicos ou formas oxítonas que passam a paroxítonos (*dá/damos*);
- c) Formas paroxítonas em que ocorre o deslocamento do acento tônico com o acréscimo da desinência **-mos** (*fala/falamos*);
- d) Formas paroxítonas em que ocorre o deslocamento do acento tônico e a transformação em palavra polissílaba com o acréscimo da desinência **-mos** (*amarra/amarramos*);
- e) Formas paroxítonas que passam a proparoxítonas com o acréscimo da desinência **-mos** (*fosse/fôssemos*);
- f) Monossílabos tônicos que passam a formas trissílabas paroxítonas com a inserção da vogal temática antes do acréscimo da desinência **-mos**, com mudança da vogal pretônica e da consoante final da forma singular nessa transposição para o plural (*faz/fazemos*);
- g) Formas em que o ditongo se desfaz com a mudança da desinência para -

mos (*vai/vamos*);

- h) Formas que apresentam mudança na raiz e na tonicidade do vocábulo com o acréscimo da desinência **-mos** (*teve/tivemos*);
- i) Formas que apresentam diferenças fonológicas acentuadas quando flexionadas na 1ª pessoa do plural (*veio/viemos*);
- j) Forma verbal que apresenta diferença de radicais (*é/somos*).

Tendo em vista as diferentes naturezas do verbo³ utilizado para expressar um “estado de coisas” ou “evento”, investigou-se, também, a atuação do seu tipo morfossintático e semântico-funcional na variação de nós e a gente.

Em relação à classificação morfossintática, pesquisou-se o condicionamento da composição sintático-semântica dos verbos, tendo em vista fatores definidos consoante a natureza de (1) auxiliar ou não-auxiliar e (2) construção simples ou perifrástica que apresentam os verbos nos contextos frásicos focalizados no *corpus*. Com o intuito de estabelecer uma tipologia minuciosa das propriedades morfossintáticas do verbo, contou-se com uma descrição detalhada dos tipos de estruturas verbais do *corpus*, com informações complementares de valor semântico e com o inventário de critérios de auxiliidade apresentado por LOBATO (1975). Com base em dois dos critérios discutidos pela autora – perda sêmica e unidade significativa (com identidade de sujeito) -, nas estruturas que se mostraram mais produtivas no *corpus* em pauta e no objetivo do controle de tal variável, distinguiram-se três tipos de verbos não-auxiliares e quatro tipos de verbos auxiliares. Foram eles: verbos não-auxiliares (nocionais); verbos não-auxiliares em construção perifrástica que mantêm até certa medida sua integridade semântica; verbos não-auxiliares em conjugação perifrástica indicando um processo ou uma ação considerados em sua fase inicial, de desenvolvimento ou terminal; verbos auxiliares modais; verbos auxiliares aspectuais; verbos auxiliares de tempo composto; e verbos auxiliares de voz passiva (passiva analítica).

A hipótese que norteou essa variável foi a de que auxiliares modais, por traduzirem a relação existente entre a atitude subjetiva do locutor e aquilo que ele comunica, favoreceriam o emprego da forma mais indeterminadora do discurso a gente. Já os verbos não-auxiliares, caracterizados por cargas semânticas distintas e, conseqüentemente, por não ocorrerem como instrumentos gramaticais para expressarem a categoria de aspecto ou modalidade, mostrar-se-iam, morfossintaticamente, neutros a esse condicionamento. Com relação aos demais auxiliares, a única expectativa que se tinha era a de que a estrutura “ir + infinitivo” – que, por força de um

processo de gramaticalização, veicula a idéia de tempo futuro -, tenderia a propiciar o uso do pronome *nós*.

Para o controle da influência da categorização semântico-funcional do verbo, utilizou-se, basicamente, a "Tipologia do Predicadores" proposta por MATEUS *et alii* (1992), que foi adaptada de acordo com as características do *corpus*. Nos casos não abarcados por essa classificação, recorreu-se, ainda, às propostas de BORBA (1991) e de CHAFE (1979). Essa classificação mista visou a dar conta de todas as situações discursivas encontradas no *corpus* examinado.

A respeito da distribuição sistemática dos verbos por classes, é mister ressaltar a inexistência de uma classificação universal, completa e definitiva⁴. Na verdade, dependendo dos critérios estabelecidos, podem-se ter diversos tipos de classificações, nem sempre convergentes e, até mesmo, contraditórias. É o caso de qualquer classificação que considere a carga semântica da expressão linguística, haja vista a (quase) infinidade de significações que o elemento verbal pode compreender, dependendo do seu universo de referência e do seu contexto discursivo. Tendo em vista as limitações de qualquer classificação de verbos, não se pretende que os fatores determinados, nesta pesquisa, para o controle do tipo semântico-funcional dos verbos, embora pautados por critérios científicos, sejam definitivos ou completos, mas de alguma utilidade como ponto de partida e de chegada na tentativa desse controle.

A fim de se estabelecerem as relações semânticas entre pronome sujeito e estruturas verbais, partiu-se, neste trabalho, da divisão dos tipos de verbo em "estado", "processo" e "evento" tal qual MATEUS *et alii* (1992). Essas classes foram, por sua vez, subdivididas segundo os seguintes critérios semântico-discursivos e sintáticos: significação lexical do verbo, função semântica no discurso, número de argumentos exigidos, envolvimento apenas do argumento externo (sujeito) ou tanto do argumento externo quanto de, pelo menos, um argumento interno.

Verbos de Estado:

- Verbos de estado afetivo e condição (*estar, ficar*)
- Verbos experienciais que expressam percepção ou cognição passiva (*gostar de, ver*)
- Verbos de posse (*ter, possuir*)
- Verbo de sentido identificacional (*ser*)
- Verbos locativos – expressam a localização espacial ou temporal de uma entidade relativamente a outra (*morar, viver*)

Verbos de Processo:

- Verbos de atividade física – 1 ou 2 argumentos (*remar, pescar*)

- Verbos de movimento – expressam o deslocamento espacial de um agente – 1 argumento (*andar, correr*)
- Verbos experienciais que revelam “propriedades ou relações dinâmicas (de natureza psicofisiológica, perceptiva ou cognitiva)”⁵ vividas por um experienciador – 1 ou 2 argumentos (*olhar, respeitar*)
- Verbos benefactivos – 2 argumentos (*receber, ganhar*)

Verbos de Evento:

- Verbos não-causativos de atividade mental – “atos de percepção ou cognição envolvendo um agente controlador”⁶ – 1 ou 2 argumentos (*concluir, avaliar*)
- Verbos de opinião – 2 argumentos (*pensar, concordar*)
- Verbos não-causativos de comunicação lingüística – (1) *dicendi* e (2) outros que expressam “a troca de conteúdo proposicional de um dado ato ilocutório”⁷ entre locutor e interlocutor – 2 argumentos (*tratar, pedir*)
- Verbos não-causativos de movimento – expressam o deslocamento de uma entidade agente para um determinado lugar – 1 ou 2 argumentos (*sair, chegar*)
- Verbos não-causativos que indicam “mudança de estado (de grau ou absoluta) de uma entidade”⁸ designada pelo sujeito agente/paciente – 1 argumento (*morrer, cortar-se*)
- Verbos causativos transferenciais que exprimem a transferência de um dado elemento para uma outra entidade por meio da atuação de um agente – 2 ou 3 argumentos (*vender, dar*)
- Verbos causativos de mudança de lugar – que exprimem o deslocamento espacial de uma entidade provocado por um agente – 2 ou 3 argumentos (*deslocar, baldear*)
- Verbos causativos de mudança de estado – um dado elemento muda de estado por ação de um agente - 1, 2 ou 3 argumentos (*esquentar, remendar*)⁹.

A hipótese que acarretou essa variável pode ser resumida da seguinte maneira: verbos que se supõe estabelecerem entre o sujeito e o enunciado uma relação de maior envolvimento (todos os verbos de estado e verbos de comunicação lingüística, de atividade mental e os experienciais), favoreceriam o uso da forma tida como [+ determinada] *nós*, propiciadora de maior identificação do indivíduo; ao passo que verbos indicadores de menor grau de envolvimento do sujeito, tomado individualmente, com o enunciado (verbos de atividade física, de movimento, de mudança de estado/lugar/posse) condicionariam o emprego da forma considerada [+ indeterminada] *a gente*, de valor referencial mais abrangente.

A tentativa de estabelecer a relação existente entre a escolha pronominal e os tipos de “estados de coisas”/“eventos” relatados no *corpus* examinado conduz, também, ao papel temático de seus participantes – mais precisamente, dos sujeitos pronominais “nós” e “a gente”. Entende-se por papel temático a relação semântica que o pronome sujeito mantém com o verbo/predicado. Tendo em vista o valor referencial dos pronomes sujeitos analisados ([+ humano]), listam-se, a seguir, os papéis temáticos registrados nos dados e controlados nessa variável: agente, agente causativo, beneficiário, experienciador, paciente, inativo, posicionador, agente-paciente. Como se pode verificar, utilizaram-se, basicamente, as classificações de papéis temáticos propostas por MATEUS *et alii* (1992) e por BORBA (1991).

Outro grupo de fatores incluído na investigação foi o gênero discursivo. Sua inclusão deveu-se à hipótese de que, em narrativas, há maior favorecimento do emprego do pronome *nós*, enquanto em descrições e argumentações há maior probabilidade de uso da forma *a gente* - fato que pode ser atribuído ao caráter menos ou mais genérico do discurso do informante e ao grau de envolvimento do falante com sua enunciação. No *corpus* pesquisado, registraram-se exemplos de: (a) descrições no presente, (b) descrições no passado, (c) narrações e (d) argumentações.

Em algumas análises efetuadas por LOPES (1993), a influência do tipo de oração na alternância de uso das formas *nós* e *a gente* também se mostrou pertinente, configurando-se da seguinte maneira: maior probabilidade de uso de *nós* em orações independentes e de *a gente* em orações dependentes. Tendo em vista o resultado obtido em dados da fala culta carioca, pesquisou-se o comportamento dessa variável no fato linguístico em questão. Para tanto, distinguiram-se as orações em: absolutas, coordenadas, subordinantes, subordinadas substantivas, subordinadas adjetivas e subordinadas adverbiais.

Por fim, verificou-se a possibilidade de o pronome escolhido na referência-primeira ou referência isolada à 1ª pessoa do discurso no plural decorrer da influência exercida pela forma pronominal empregada pelo entrevistador¹⁰. Duas hipóteses nortearam a inclusão dessa variável na investigação. Foram elas: (1) o emprego do pronome sujeito *nós* ou *a gente* no discurso do documentador desencadearia uma série de repetições dessa escolha no discurso do entrevistado (uma espécie de “efeito gatilho”); e (2) o tipo de direcionamento dado pelo documentador à pergunta – dirigindo-se à 2ª pessoa do discurso, no singular (isto é, somente ao interlocutor) ou no plural (ao informante e aos demais pescadores/pessoas da região) – condicionaria, respectivamente, a escolha pro-

nominal por *nós* ou *a gente* devido ao caráter de maior ou menor determinação/especificação do seu referente-alvo. Tendo em vista os dois tipos de influências do discurso do documentador, investigou-se a questão subdividindo-se a variável em fatores correlacionados à estrutura empregada pelo entrevistador imediatamente antes da resposta do informante e ao referente-alvo da pergunta feita pelo documentador.

Os resultados da análise demonstraram maior incidência da forma *a gente* (.73/.71) no *corpus* em questão. Isso ocorre tanto quando os dados de sujeito explícito e os dados de sujeito implícito são analisados conjuntamente como quando são analisados separadamente, conforme se verifica nos gráficos 1 e 2.

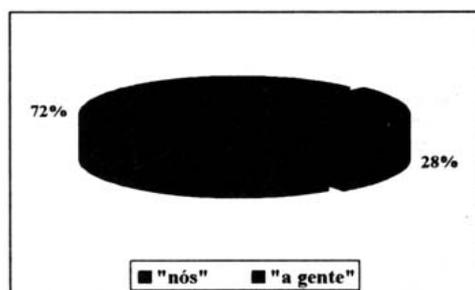


GRÁFICO 1

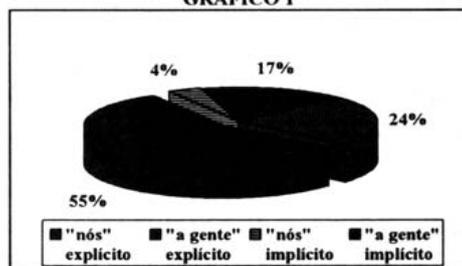


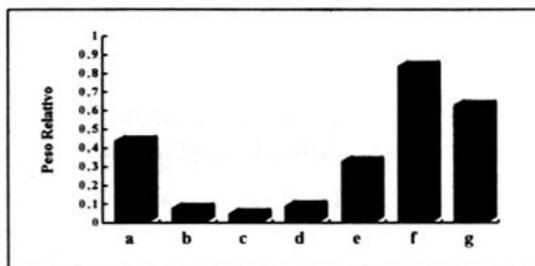
GRÁFICO 2

Gráficos 1 e 2: Frequência de emprego dos pronomes *nós* e *a gente* no falar dos pescadores norte-fluminenses

Das variáveis independentes averiguadas, tiveram comportamento significativo as seguintes, listadas em ordem decrescente de relevância: (1) paralelismo formal no nível discursivo, (2) grau de determinação do referente, (3) tipo semântico-funcional de verbo, (4) faixa etária, (5) localidade, (6) saliência fônica e (7) tempo verbal. Os demais contextos lingüísticos demonstraram comportamento assistemático ou pouco pertinente.

Os resultados corroboraram a hipótese de atuação do princípio do

paralelismo formal na escolha pronominal em uma série discursiva. Ao iniciar uma seqüência discursiva, o falante tanto pode optar por *nós* quanto por *a gente*. No entanto, a partir do momento em que define a forma inicial de referência à 1ª pessoa do discurso no plural, tende a mantê-la nas orações subseqüentes, conforme se pode visualizar no gráfico 3:



- a forma isolada e casos de 1ª referência
 b forma antecedida de "nós" + verbo com desinência -mos
 c forma antecedida de "nós" + verbo com desinência -o
 d forma antecedida de verbo na 1ª pessoa do plural
 e forma antecedida de "a gente" + verbo com desinência -mos
 f forma antecedida de "a gente" + verbo com desinência, -o
 g forma antecedida de verbo na 3ª pessoa do singular

GRÁFICO 3 - Atuação da variável paralelismo formal no uso do pronome "a gente".

Nos casos de 1ª referência de uma série discursiva ou nos de referência isolada, os pesos relativos em favor de *a gente* encontram-se próximos ao ponto neutro. O uso da forma pronominal, em tais casos, constitui uma questão de escolha que se deve a outros fatores e não à influência do princípio de paralelismo formal.

No entanto, uma vez escolhido o pronome sujeito da oração inicial da seqüência discursiva, o falante tende a utilizá-lo nas cláusulas posteriores. Verifica-se, então, que o uso de *a gente* é mais freqüente quando precedido de: (1) uma oração introduzida pelo sujeito pronominal *a gente* ou (2) uma oração com verbo flexionado na 3ª pessoa do singular com sujeito *a gente* implícito.

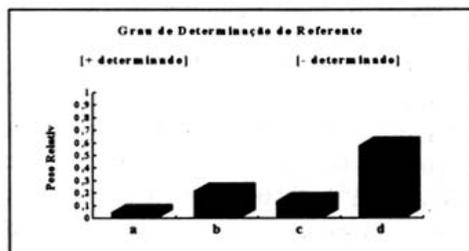
Interessante é a probabilidade de ocorrer sujeito pronominal *a gente*, em lugar de *nós*, quando precedido da estrutura "a gente" + verbo flexionado na 1ª pessoa do plural. Em termos percentuais, há maior tendência à repetição da mesma forma (71%). Já, em termos de peso relativo, essa tendência é menor do que a de ocorrer o pronome *nós*. Nesse caso, a forma verbal parece exercer maior influência do que o pronome na escolha do sujeito pronominal da oração subseqüente.

Em geral, tem-se que a probabilidade de o falante empregar *a gente*,

ao invés de *nós*, é significativamente maior quando também utiliza *a gente* em oração antecedente. O mesmo ocorre com o pronome *nós*. Há maior tendência ao uso deste pronome quando o antecedente formal é *nós* e o verbo se apresenta flexionado na 1ª pessoa do plural, com ou sem sujeito pronominal exposto. Portanto, a opção por um determinado pronome sujeito no início da seqüência discursiva tende a desencadear uma série de repetições da estrutura empregada na 1ª referência.

Essa tendência à repetição do antecedente formal, no entanto, pode ser afetada pela interinfluência de outros fatores, tais como: (1) o grau de distanciamento entre as estruturas pronominais seriadas – quanto maior a distância entre elas, maior a tendência à escolha de outra forma pronominal –; (2) a mudança de referência – quando ocorre mudança do referente, diminui a probabilidade de haver manutenção do sujeito pronominal antecedente; (3) o grau de conexão discursiva – quanto menor o grau de conexão entre as orações, menor a possibilidade de ocorrer alteração do pronome sujeito precedente.

Constatou-se, também, que há uma nuance semântica a diferenciar os pronomes *nós* e *a gente*. Enquanto o pronome *nós* se revela de caráter mais restrito, a forma *a gente* mostra-se de natureza mais vaga, haja vista o fato de, nos casos de referente mais determinado, aumentar a tendência ao uso do pronome *nós* e, nos casos de referente menos determinado, elevar-se a probabilidade de emprego da forma *a gente*.

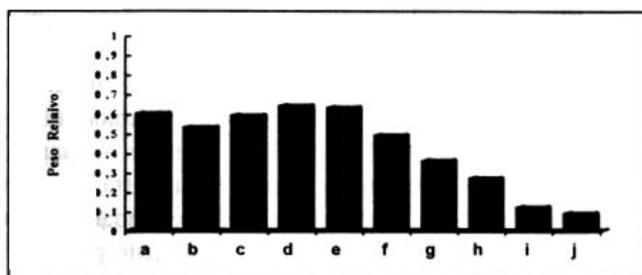


- a referente explícito
- b referente parcialmente determinado com elo explícito
- c referente parcialmente determinado com elo implícito
- d referente totalmente indeterminado

GRÁFICO 4 - Atuação do grau de determinação do referente na escolha do sujeito pronominal "a gente".

Como se pode ver no gráfico 4, o condicionamento da variante *a gente* é mais significativo no contexto de grau mínimo de determinação. Os contextos de referência explícita ou parcialmente determinada favorecem o uso de *nós*.

Com relação ao tipo semântico-funcional do verbo, verificou-se que há maior incidência de uso da forma *a gente* com verbos experienciais ou verbos que exprimem ação, mudança de estado/lugar, opinião – contextos verbais que evidenciam maior comprometimento do falante com aquilo que enuncia ou atividades rotineiras de qualquer indivíduo da comunidade.

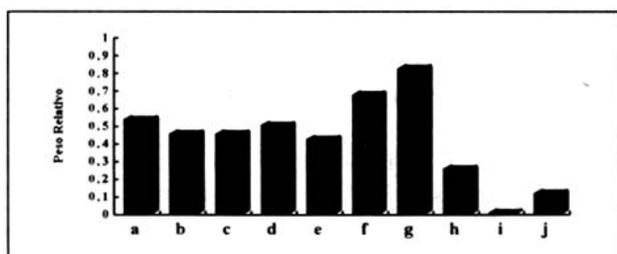


- a verbos causativos de mudança de estado ou lugar e causativos transferenciais
- b verbos de ação (atividade física ou movimento)
- c verbos não-causativos de mudança de lugar ou de estado
- d verbos experienciais
- e verbos de opinião ou de atividade mental
- f verbos de estado (afetivo) e condição
- g verbos *dicendi* e de comunicação lingüística
- h verbos locativos
- i verbos de posse
- j verbos de sentido identificacional

GRÁFICO 5 - Influência da variável tipo semântico-funcional do verbo na escolha do pronome “a gente”.

De um modo geral, confirma-se a hipótese de que, com verbos nos quais se percebe uma relação de maior engajamento do sujeito-referente com seu relato, a probabilidade de uso do pronome *nós* é mais expressiva. Assim sendo, com verbos que expressam posse, descrição da realidade circundante sob a ótica do locutor, localização e identificação do sujeito – situações em que o informante fala sobre elementos próprios da localidade onde vive ou dele e de pessoas do seu convívio –, há maior tendência ao uso de *nós*.

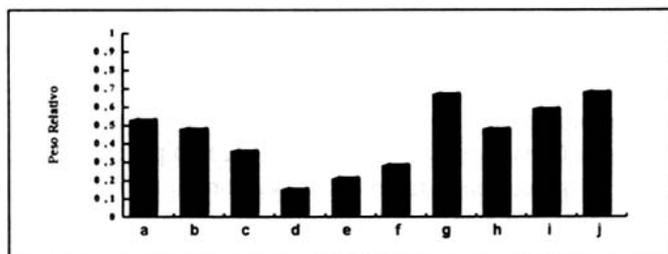
No que tange à variável grau de saliência fônica, depreendeu-se a tendência geral de uso de *a gente* nos níveis menos salientes e intermediários da hierarquia, ao passo que, nos níveis mais salientes, se registrou maior favorecimento do emprego de *nós*.



- a dar/damos
- b dá/damos; está/estamos
- c fala/falamos; bota/botamos
- d amarra/amarramos; conhece/conhecemos
- e fosse/fôssemos; ia/íamos; falava/falávamos
- f faz/fazemos; quer/queremos
- g sai/saimos; vai/vamos; cantou/cantamos
- h teve/tivemos; fez/fizemos
- i veio/viemos
- j e/somos

GRÁFICO 6 - Atuação da variável saliência fônica na escolha do pronome "a gente".

Em relação à variável tempo verbal, observou-se que a forma *a gente* tende a ser utilizada no infinitivo pessoal, no pretérito imperfeito do indicativo (em forma perifrástica) e, com probabilidade próxima ao ponto neutro, no futuro do subjuntivo e presente do indicativo, conforme se observa no gráfico 8.



- a presente do indicativo (forma simples)
- b presente do indicativo (forma perifrástica)
- c presente do indicativo com idéia de futuro
- d pretérito perfeito simples do indicativo
- e pretérito perfeito composto do indicativo
- f pretérito imperfeito do indicativo (forma simples)
- g pretérito imperfeito do indicativo (forma perifrástica)
- h pretérito imperfeito do subjuntivo
- i futuro simples do subjuntivo
- j infinitivo pessoal

GRÁFICO 7 - Atuação da variável tempo verbal na escolha do pronome "a gente".

No presente do indicativo com idéia de futuro e demais pretéritos do

indicativo, tende a ocorrer mais freqüentemente o pronome *nós*.

Os demais tempos verbais não foram incluídos nesse gráfico ou porque não ocorreram no *corpus* examinado ou porque apresentaram poucas ocorrências.

No que concerne à variação etária, os informantes mais jovens mostraram-se mais propensos à utilização da forma *a gente*, e os mais idosos, à do pronome *nós*. A estratificação etária obtida demonstra haver, nos dialetos norte-fluminenses, uma propensão geral à substituição do pronome *nós* por *a gente*, conforme se visualiza no gráfico 8.



GRÁFICO 8 - Distribuição etária do sujeito pronominal "a gente".

Ao analisarem-se os dados de cada comunidade isoladamente, verificou-se que, em algumas localidades, essa tendência já é perceptível e, em outras, as formas pronominais analisadas coexistem em situação de variação estável. Em Farol de São Tomé e São João da Barra, essa tendência já se configura de modo a apresentar um padrão linear definido. Em Atafona, São Fidélis e Guaxindiba, revela apenas indícios de uma ameaça ao emprego do pronome *nós*, destacando-se entre falantes da faixa A. Em Cambuci e Ponta Grossa dos Fidalgos, esse processo parece estar um pouco mais adiantado, ocorrendo tanto entre os informantes da primeira faixa quanto entre os da faixa intermediária. Já em Barra de Itabapoana, São Benedito, Itaperuna, Itaocara e Gargaú, a alternância de *nós* e *a gente* apresenta-se em variação estável.

Com relação à distribuição geográfica dessas variantes, percebeu-se maior favorecimento à utilização da forma *a gente* em Itaperuna, Atafona, São João da Barra, Gargaú e Guaxindiba. Em São Benedito e Ponta Grossa dos Fidalgos, ocorre uma certa equivalência entre as probabilidades de uso das duas variantes. Já Barra de Itabapoana, Farol de São Tomé, Cambuci, São Fidélis e, sobretudo, Itaocara revelaram maior tendência ao uso de *nós*. Em termos percentuais, predomina o emprego de *a gente* na maioria das localidades, exceto em Itaocara.

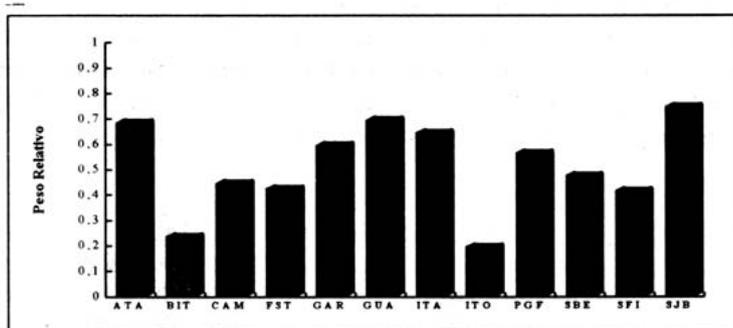


GRÁFICO 9 - Distribuição diatópica do sujeito pronominal “a gente”.

Acredita-se que esse comportamento lingüístico diferenciado advinha da conjunção de aspectos sócio-econômicos, culturais, políticos, geográficos e históricos que caracterizam cada uma dessas comunidades.

O cotejo das formas *nós* e *a gente* nos dialetos norte-fluminenses propiciou subsídios para que se depreendessem algumas das regras variáveis que presidem à escolha pronominal de referência à 1ª pessoa do discurso no plural nas comunidades analisadas. Dentre os contextos lingüísticos examinados, destacaram-se os fatores de natureza discursiva, semântica e morfossintática. Dos contextos extralingüísticos considerados, revelaram condicionamento significativo as variáveis faixa etária e localidade.

Da análise empreendida, infere-se que, nos dialetos pesquisados, o uso do pronome *nós* tem menor produtividade que o de *a gente*. Em geral, os falantes da variante popular norte-fluminense tendem a optar pela forma *a gente* - apresentada na maioria das gramáticas e manuais didáticos como uma espécie de “exceção”. Tal fato corrobora o estado de desatualização em que se encontra a descrição do sistema pronominal veiculada nos compêndios acadêmicos/escolares.

Os resultados obtidos ratificam a necessidade de se diminuir a distância existente entre a prática pedagógica - baseada numa tradição histórico-literária - e a utilização efetiva da língua em situações sócio-comunicativas. Uma prática de ensino que se pautar somente no sistema pronominal convencionalmente validado na maioria dos manuais gramaticais acaba por tornar-se inoperante, haja vista o repertório de formas lingüísticas concorrentes que se encontram à disposição dos falantes e que variam consoante as diversas situações de interação verbal.

Com este estudo, foi possível fixar o comportamento das formas pronominais *nós* e *a gente* em dialetos populares não-urbanos e, assim, contribuir com subsídios para a almejada descrição das variantes que servem de meio de intercomunicação entre brasileiros de diversas regiões e que imbricadas constituem o diassistema da Língua Portuguesa.

Notas

- 1 Neste artigo, apresenta-se uma síntese da Dissertação de Mestrado, orientada pela Professora Doutora Edila Vianna da Silva: MACHADO, Marcia dos Santos. Sujeitos pronominais “nós” & “a gente”: variação em dialetos populares do Norte fluminense. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. 1995. 260 fls. mimeo.
- 2 BENVENISTE, Emile. (1976: 253)
- 3 *"A natureza do verbo determina como deverá ser o restante da oração principalmente, determina que nomes o acompanharão, qual será a relação desses nomes com o verbo, e como esses nomes serão semanticamente especificados (...) é o verbo que dita a presença e a natureza do nome (...)"* CHAFE (1979:97)
- 4 *"A classificação do verbo em si parece ser (quase) impossível. É uma classificação conjunta e completa, em que se tome em consideração o morfológico, o sintático, o semântico e o pragmático (no verbo), ou não passa de uma vaga proposta de..., ou apenas efectua a classificação de um número muito restrito de verbos. Uma proposta de classificação completa que seja capaz de abarcar todos os verbos ... pertence, na melhor das hipóteses apenas ao mundo dos "possíveis" (VILELA, 1992:26).
"Em geral, não há razão para pensar que um determinado fato semântico será refletido por outro fato com cem por cento de conformidade" (CHAFE, 1979: 99).*
- 5 MATEUS *et alii* (1992) p.49.
- 6 *ibidem*, p. 50
- 7 *ibid.*
- 8 *ibid.*
- 9 No decorrer da análise, esses fatores foram reagrupados consoante: (1) propriedades semânticas afins, (2) distribuição dos dados e (3) resultados dos processamentos estatísticos, conforme se verá mais adiante no gráfico 5. Para maiores esclarecimentos quanto à definição e ao comportamento desse grupo de fatores, recomenda-se a consulta de MACHADO (1995).
- 10 SCHERRE & NARO (1993:8) admitem que o efeito paralelístico possa ocorrer da fala de um indivíduo para a de seu interlocutor da mesma maneira que se dá na fala do próprio indivíduo.

Referências Bibliográficas

- BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- BENVENISTE, É. Problemas de Lingüística Geral I. São Paulo/Campinas: Pontes, Editora da UNICAMP, 1976.
- BORBA, F. da S. (coord.) Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CHAFE, W. L. Significado e estrutura lingüística. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979, p. 95-172.
- CUNHA, C. de S. Indeterminação pronominal do sujeito. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1993. mimeo.
- CUNHA, C. F. & CINTRA, L. F. L. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- LIMA, C. H. R. da. Gramática normativa da língua portuguesa. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- LOBATO, L. M. P. Os verbos auxiliares em português contemporâneo. Critérios de Auxiliariade. In: _____ et al. Análises lingüísticas. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 27-91.
- LOPES, C. R. dos S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1993.
- LUFT, C. P. Moderna Gramática Brasileira. Porto Alegre: Globo, 1976.
- _____. Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- MACHADO, M. dos S. Sujeitos pronominais "nós" & "a gente": variação em dialetos populares do Norte fluminense. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1995.
- MATEUS, M. H. M. et al. Gramática da língua portuguesa. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1992.
- MELO, G. C. Gramática Fundamental da Língua Portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- MONTEIRO, J. L. Os pronomes pessoais no português do Brasil. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras, UFRJ, 1991. mimeo.
- NARO, A. J. Morphological constraints on subject deletion. In: SANKOFF, D. & CEDERGREEN, H. (eds.) Variable omnibus. Canadá: Linguistic Research Inc, 1981a. p. 351-8.
- _____. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, v. 57, n. 1, p. 63-98. 1981b.
- NARO, A. J. & LEMLE, M. Syntactic diffusion. *Ciência e cultura*. São Paulo, v. 29, n. 3, p.259-268. 1977.
- OMENA, N. P. de. A referência variável da 1ª pessoa do discurso no plural. In: Relatório apresentado à FINEP, 1986a.
- _____. As influências sociais atuantes na variação entre nós e a gente na função de sujeito. In: Relatório apresentado à FINEP, 1986b.
- SAID ALI, M. Gramática Histórica da Língua Portuguesa. 7. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.
- SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-14. 1993.
- VILELA, M. Gramática de Valências: Teoria e Aplicação. Coimbra: Livraria Almedina, 1992.